Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Itaquaquecetuba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

© 2012 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	110.020	5.656
Clientes	6	11.886	9.448
Tributos a recuperar	7	390	147
Despesas antecipadas	8	1.333	1.064
Outros créditos		52	624
Total do ativo circulante		123.681	16.939
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários - vinculados	5	37.201	-
Tributos diferidos	12.a)	4.466	4.832
Depósitos judiciais	9	25	-
Despesas antecipadas	8	-	938
Imobilizado	10	21.572	16.832
Intangível	11	721.783	679.180
Total do ativo não circulante		785.047	701.782
TOTAL DO ATIVO		908.728	718.721

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Fornecedores		6.831	4.731
Empréstimos e financiamentos	14	10.492	-
Notas promissórias	15	-	373.337
Debêntures	16	56.671	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	2.733	1.999
Obrigações sociais e trabalhistas		1.855	1.723
Credor pela concessão	20	570	507
Provisão para imposto de renda e contribuição social		84	837
Provisão para manutenção	18	1.351	-
Provisão para construção de obras futuras	19	12.527	6.446
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	22.d)	6.593	1.713
Outras contas a pagar		4.258	9.978
Total do passivo circulante		103.965	401.271
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	86.272	-
Debêntures	16	355.649	-
Partes relacionadas - mútuo	17	134.994	107.196
Provisão para manutenção	18	4.843	3.196
Provisão para construção de obras futuras	19	-	4.957
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21	63	88
Tributos diferidos	12.a)	9.997	4.788
Total do passivo não circulante		591.818	120.225
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22.a)	191.725	191.725
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	22.c)	52	-
Reserva de lucros - legal	22.b)	1.388	361
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	22.d)	19.780	5.139
Total do patrimônio líquido		212.945	197.225
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		908.728	718.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	23	250.252	248.060
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(136.408)	(152.942)
LUCRO BRUTO		113.844	95.118
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	24	(15.288)	(18.377)
Outras receitas, líquidas		(2)	3
		(15.290)	(18.374)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		98.554	76.744
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	25	18.757	1.329
Despesas financeiras	25	(86.160)	(63.323)
		(67.403)	(61.994)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		31.151	14.750
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(5.028)	(2.134)
Diferidos	12.b)	(5.575)	(2.926)
		(10.603)	(5.060)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.548	9.690
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R$) - BÁSICO	26	0,11	0,09

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		85.946	(65.221)	-	-	-	(2.477)	18.248
Integralização de capital		(65.221)	65.221	-	-	-	-	-
Aumento de capital		171.000	-	-	-	-	-	171.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.690	9.690
Destinação do lucro:								-
Reserva legal		-	-	-	361	-	(361)	-
Dividendos propostos (R$0,01 por ação)		-	-	-	-	-	(1.713)	(1.713)
Constituição de reserva para dividendos		-	-	-	-	5.139	(5.139)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		191.725	-	-	361	5.139	-	197.225
Plano de opção com base em ações	22.c)	-	-	52	-	-	-	52
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	20.548	20.548
Destinação do lucro:								
Reserva legal	22.b)	-	-	-	1.027	-	(1.027)	-
Dividendos propostos (R$0,03 por ação)	22.d)	-	-	-	-	-	(4.880)	(4.880)
Constituição de reserva para dividendos	22.d)	-	-	-	-	14.641	(14.641)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		191.725	-	52	1.388	19.780	-	212.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

	31/12/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.151	14.750
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	19.526	16.019
Baixa do ativo imobilizado e do intangível	596	1.374
Encargos financeiros e variação monetária sobre notas promissórias, financiamentos, empréstimos e debêntures	68.426	40.954
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	58	93
Constituição de provisão para manutenção e para construção de obras futuras, líquidas	2.555	3.535
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	1.567	1.187
Variação monetária sobre credor pela concessão	-	17.066
Tributos diferidos	-	1.236
Receita sobre títulos e valores mobiliários	(1.230)	-
Juros sobre contrato de mútuo	15.175	1.633
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(2.438)	(2.770)
Tributos a recuperar	(243)	657
Despesas antecipadas	669	1.972
Depósitos judiciais	(25)	-
Outros créditos	572	687
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.100	(1.307)
Obrigações sociais e trabalhistas	132	866
Impostos, taxas e contribuições a recolher	734	426
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(83)	(5)
Outras contas a pagar	(5.721)	8.396
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.779)	(4.223)
Juros pagos	(14.880)	(42.498)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	112.862	60.048
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas - mútuo	12.623	105.298
Aquisição de imobilizado	(9.396)	(9.064)
Aquisição de intangível	(58.069)	(98.235)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54.842)	(2.001)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Títulos e valores mobiliários	(35.971)	-
Captação de debêntures	357.025	-
Captação de empréstimos e financiamentos	96.227	721.000
Aumento de capital	-	171.000
Pagamento de credor pela concessão	63	(325.058)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(371.000)	(700.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	46.344	(133.058)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	104.364	(75.011)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.656	80.667
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	110.020	5.656
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	104.364	(75.011)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	194.611	165.063
Com construção	64.478	89.057
Outras receitas	8.690	8.935
	267.779	263.055
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(106.077)	(128.798)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(9.210)	(11.509)
Outros	(1)	3
	(115.288)	(140.304)
VALOR ADICIONADO BRUTO	152.491	122.751
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(19.526)	(16.019)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	132.965	106.732
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	18.757	1.329
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	151.722	108.061
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	151.722	108.061
Pessoal	16.885	15.861
Remuneração direta	13.922	13.090
Benefícios	2.393	2.268
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	570	503
Impostos, taxas e contribuições	28.129	20.055
Federais	18.022	5.060
Municipais	10.107	14.995
Remuneração de capitais de terceiros	86.160	62.455
Juros	44.105	40.954
Outras	42.055	21.501
Remuneração de capitais próprios	20.548	9.690
Lucro do exercício retido	20.548	9.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e "empréstimos e recebíveis". A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários - vinculados, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos circulantes, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.8. Passivos financeiros

- Outros passivos financeiros

  Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos (vide notas explicativas nº 14, nº 15 e nº 16). Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

  São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido ("tributo diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.10. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 21.

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

2.11. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.12. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia oferece a seus empregados plano de opção com base em ações e recebe os serviços como contraprestações. O plano de opção de compra em ações será liquidado com as ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Vide nota explicativa nº 22.c).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de

instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Reserva de capital - plano de opção com base em ações", que registrou o benefício aos empregados.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, debêntures e credor pela concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

2.16. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.17. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010): esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): a IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) alterou a definição de parte relacionada.

- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento: as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.

- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais: fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.

- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios: esclarece que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que deem a seus detentores direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

2.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1): aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2): introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2): substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

- IFRS 11 - Acordos de Participação: substitui a IAS 31 - Participações em "Joint Ventures" e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.

- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2): é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2): apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3): permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2): altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.

- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2): reflete modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2): as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (a) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) que qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) que as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e à medida que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no contrato de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 31.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis
oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar norte-americano, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste ao valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para obras futuras decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes

dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimativa para todo o período de concessão), descontados através da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do exercício. Vide notas explicativas nº 18 e nº 19.

b) Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 20.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	4.591	1.670
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	105.429	3.986
	110.020	5.656

Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa de 102,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos de longo prazo.

	31/12/2011
CDB	37.201

São formados por CDB e remunerados à taxa de 102,7% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. As aplicações foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de garantia para pagamento de juros e principal das debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (vide nota explicativa nº 16).

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2011	31/12/2010
Pedágio eletrônico (*)	11.138	8.723
Cupons de pedágio	219	223
Outros	529	502
	11.886	9.448

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Não há itens vencidos na composição de contas a receber.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	323	134
Outros impostos a recuperar	67	13
	390	147

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Esse saldo será utilizado para abater o passivo de IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF e PIS, Cofins e CSLL retidos, a pagar em 2011.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2011 é de R$1.333 (R$2.002 em 31 de dezembro de 2010) e é composto por prêmios de seguros a apropriar, classificados no circulante e não circulante. Vide nota explicativa nº 30.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/12/2011
Adições	24
Atualização monetária	1
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25

10. IMOBILIZADO

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	9.531	77	433	14	1.936	11.991
Adições	8.048	215	353	235	213	9.064
Baixas	-	-	-	-	(1.374)	(1.374)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(2.751)	(21)	(55)	(8)	(14)	(2.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.828	271	731	241	761	16.832
Adições	8.770	156	239	-	231	9.396
Baixas	-	-	-	-	(43)	(43)
Transferências	-	-				
Depreciação	(4.437)	(42)	(86)	(8)	(40)	(4.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.161	385	884	233	909	21.572
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	6,0	10,0	-

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

11. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	593.796	-	319	594.115
Adições	64.406	33.343	486	98.235
Transferências	32.394	(32.394)	-	-
Amortização	(13.067)	-	(103)	(13.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	677.529	949	702	679.180
Adições	57.605	394	70	58.069
Baixas	(553)	-	-	(553)
Transferências	1.063	(1.063)	-	-
Amortização	(14.743)	-	(170)	(14.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	720.901	280	602	721.783
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 2,05% (2,02% em 31 de dezembro de 2010).

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21	30
Provisão para manutenção	(8.800)	(4.344)
Prejuízos fiscais	-	4.802
Amortização do intangível e juros capitalizados	3.248	(444)
	(5.531)	44

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo diferido	4.466	4.832
Passivo diferido	(9.997)	(4.788)
	(5.531)	44

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do exercício seguinte montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2011	31/12/2010
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(3.652)	(1.532)
Imposto de renda diferido	(4.099)	(2.146)
	(7.751)	(3.678)
Variação na:		
Contribuição social - corrente	(1.376)	(602)
Contribuição social - diferida	(1.476)	(780)
	(2.852)	(1.382)

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício seguinte montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.151	14.750
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(10.591)	(5.015)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	(12)	(45)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(10.603)	(5.060)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(5.028)	(2.134)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(5.575)	(2.926)

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2011	31/12/2010
Impostos sobre faturamento:		
ISS	945	901
Cofins	570	507
PIS	123	110
ISS na fonte	256	-
Outros	839	481
	2.733	1.999

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2011
Em moeda nacional-			
BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	96.764
Circulante			10.492
Não circulante			86.272

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato com o BNDES de R$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foram concedidos 3 subcréditos: o 1º subcrédito no valor de R$50.000, em 31 de maio de 2011; o 2º subcrédito no valor de R$29.200, em 31 de agosto de 2011; e o 3º subcrédito no valor de R$20.000, em 24 de novembro de 2011. A amortização ocorrerá mensalmente, de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas, ficando disponível para utilização o valor de R$256.196. Entre outras, em garantia do empréstimo, a Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2011
2013	9.303
2014	9.303
2015	9.303
2016	9.303
Posteriores a 2016	49.060
	86.272

15. NOTAS PROMISSÓRIAS

Credores	Moeda	Vencimento final	Taxa anual de juros	31/12/2010
Itaú	Nacional	Dezembro de 2010	CDI + 1,2% a.a.	373.337

Em 8 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R$37.100, perfazendo o valor total de R$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano.

As notas promissórias foram liquidadas em 18 de março de 2011.

16. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2011
Principal corrigido	393.213
Remuneração (juros)	30.970
Custos com emissão de debêntures	(11.863)
	412.320
Circulante	56.671
Não circulante	355.649

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira séries no valor de R$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Descrição	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R$1.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2011	1ª série - R$1.062,74 2ª série - R$1.062,74 3ª série - R$1.062,74 4ª série - R$1.062,74
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%

Descrição	Ecopistas
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total
2013	35.747	(1.108)	34.639
2014	35.747	(1.108)	34.639
2015	35.747	(1.108)	34.639
2016	35.747	(1.108)	34.639
A partir de 2017	223.415	(6.322)	217.093
	366.403	(10.754)	355.649

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtido pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
		370.000	(12.668)	357.332		

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanço patrimonial	Natureza	Ativo não circulante Intangível	Passivo não circulante Mútuo
Circulante:			
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	331	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	242	-
Não circulante:			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	134.994
Total em 31 de dezembro de 2010			107.196
Total em 31 de dezembro de 2011		573	-
Total em 31 de dezembro de 2010		57.886	-

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	1.983	5.643
Total em 31 de dezembro de 2011		1.983	5.643
Total em 31 de dezembro de 2010		1.872	5.328

(a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R$7.625, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 8 de outubro de 2010, ocorreu um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo em aberto de R$134.994, com vencimento em 31 de dezembro de 2012.

(b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R$10.305, incluindo o aditivo contratual. Deste total, foram incorridos R$297 e há um saldo de R$10.008 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R$834 (R$607 em 31 de dezembro de 2010).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Salários e ordenados	493	369
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 22.c)	52	-
Benefícios diretos e indiretos	221	238
	766	607

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção da infraestrutura, ajustados a valor presente com a taxa de 10,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Adições	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para manutenção	4.332	3.350	-	7.682
Efeito de valor presente sobre a constituição	(1.218)	(795)	-	(2.013)
Ajuste a valor presente - realizações	82	-	443	525
	3.196	2.555	443	6.194
Circulante	-			1.351
Não circulante	3.196			4.843

19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,73% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	13.169
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	2.204	1.124	3.328
	11.403	1.124	12.527
Circulante	6.446		12.527
Não circulante	4.957		-

20. CREDOR PELA CONCESSÃO

	31/12/2011	31/12/2010
Parcelas variáveis	570	507

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

21. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

Natureza	31/12/2009	Adições	Pagamentos	31/12/2010
Cível (a)	-	80	-	80
Trabalhista (b)	-	13	(5)	8
	-	93	(5)	88

Natureza	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2011
Cível (a)	80	31	(83)	2	30
Trabalhista (b)	8	23	-	2	33
	88	54	(83)	4	63

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R$861, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza trabalhista que totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R$279, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e empregados-chave que não sejam administradores estatutários da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R$52.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Prejuízos acumulados	-	(2.477)
Lucro líquido do exercício	20.548	9.690
Reserva legal - 5%	(1.027)	(361)
Base de cálculo dos dividendos	19.521	6.852
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	4.880	1.713
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	14.641	5.139

23. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2011	31/12/2010
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	84.322	81.573
Pedágio por equipamento eletrônico	103.709	78.970
Vale-pedágio e pedágio em cupons	6.580	4.520
	194.611	165.063
Receita de construção	64.478	89.057
Receitas acessórias (*)	8.690	8.935
Receita bruta	267.779	263.055
Deduções da receita	(17.527)	(14.995)
Receita líquida	250.252	248.060

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal	16.885	15.861
Conservação e manutenção	10.352	10.271
Serviços de terceiros (*)	18.027	18.656
Seguros	2.640	4.338
Poder Concedente	6.099	5.220
Provisão para manutenção	2.655	2.349
Custos com construção	64.478	89.057
Depreciação e amortização	19.526	16.019
Locação	1.927	1.935
Outros	9.107	7.613
	151.696	171.319
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	136.408	152.942
Despesas gerais e administrativas	15.288	18.377
	151.696	171.319

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	18.746	1.232
Outras	11	97
	18.757	1.329
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(30.970)	-
Juros sobre notas promissórias, empréstimos e financiamentos	(13.135)	(40.954)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(17.066)
Variação monetária sobre debêntures	(23.213)	-
Amortização de custos	(1.108)	-
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	(1.567)	(1.187)
Juros sobre contrato de mútuo	(15.175)	(1.663)
Outras	(992)	(2.453)
	(86.160)	(63.323)
Resultado financeiro, líquido	(67.403)	(61.994)

26. LUCRO POR AÇÃO

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,11	0,09

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	20.548	9.690
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	191.725	111.558

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R$730, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 14, nº 15 e nº 16, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0 % e 102,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Dívida (i)	509.084	373.337
Caixa e saldos de bancos	(147.221)	(5.656)
Dívida líquida	361.863	367.681
Patrimônio líquido (ii)	212.945	197.225
Índice de endividamento líquido	1,70	1,86

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e notas promissórias, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14, nº 15 e nº 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	4.591	4.591
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	11.886	11.886
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	142.630	142.630
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	6.831	6.831
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	96.764	96.125
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	412.320	409.599
Credor pela concessão (v)	Outros passivos financeiros	570	570

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados se aproximam do valor justo na data do balanço.

(iii) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

(iv) Calculado por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 31 de dezembro de 2011.

(v) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas na rubrica “Credor pela concessão”.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R$11.138 (R$8.723 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	2012	2013	2014	2015 em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	10.492	9.303	9.303	67.666
Credor pela concessão	IGP-M	570	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	56.671	34.638	34.638	286.373

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Debêntures	Alta do IPCA	328.555	355.984	396.522
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	9.623	12.029	14.434

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	6,50%	8,13%	9,75%
TJLP (b)	1,97%	2,46%	2,96%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

(b) Refere-se à taxa da TJLP em 31 de dezembro de 2011.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

29. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R$105 (R$96 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

30. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R$ mil
Seguro garantia	Junho/2011 a junho/2012	163.224
All Risk - responsabilidade civil	Junho/2011 a junho/2012	183.944
All Risk - danos materiais	Junho/2011 a junho/2012	1.951.296
All Risk - perda de receita	Junho/2011 a junho/2012	183.944
All Risk - riscos de engenharia	Junho/2011 a junho/2012	33.385

31. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	64.478	89.057
Custos de construção	(64.478)	(89.057)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R$329.633 (R$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.

Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – ECOPISTAS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independetes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Federico Botto
Diretor Presidente

Flavio Viana de Freitas
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta concessão está alinhada com a estratégia do Grupo EcoRodovias de ser um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

Por mais este ano, a Ecopistas só tem a agradecer aos seus acionistas diretos e indiretos, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Estas práticas são apresentadas na nota nº 2 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

PERFIL DA COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita bruta da Companhia totalizou R$ 267,8 milhões um aumento de 1,8% com relação ao mesmo período de 2010.

Receita Bruta (em milhões de R$)	**2011**	**2010**	**Var.**
Receita de pedágio	**194,6**	**165,1**	**17,9%**
Receitas acessórias	**8,7**	**8,9**	**-2,2%**
Receita de construção	**64,5**	**89,1**	**-27,6%**
Total	**267,8**	**263,1**	**1,8%**

- Receita de Pedágio: em 2011 a receita de pedágio atingiu R$ 194,6 milhões, impulsionada principalmente pelo crescimento de tráfego no ano.

- Receitas Acessórias: estas receitas acessórias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- Receita de Construção: conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, à valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção

RECEITA LÍQUIDA

A Receita líquida atingiu R$ 250,3 milhões em 2011. As deduções sobre a receita bruta atingiram R$ 17,5 milhões em 2011. A receita líquida sem os efeitos do ICPC-01 foi de R$ 185,8 milhões.

TRÁFEGO

O tráfego total em veículos equivalentes pagantes totalizou 81,6 milhões em 2011, um aumento de 16,4% em relação a 2010. O tráfego de veículos de passeio correspondeu a 65,9% do tráfego total.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011 os custos e despesas atingiram R$ 151,7 milhões.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R$)	**2011**	**2010**	**Var.**
Pessoal	16,9	15,9	6,3%
Conservação e manutenção	10,4	10,3	1,0%
Serviços de terceiros	18,0	18,7	-3,7%
Poder concedente, seguros e locações	10,7	11,5	-7,0%
Depreciação e amortização	19,5	16,0	21,9%
Provisão para manutenção ICPC 01	2,6	2,3	13,0%
Custo com construção	64,5	89,1	-27,6%
Outros	9,1	7,5	21,3%
TOTAL	**151,7**	**171,3**	**-11,5%**

As principais variações ocorreram principalmente por:

(i) redução dos custos de garantias contratuais; (ii) em 2011 houve a construção da nova alça de acesso a Marginal Tietê; (iii) aumento dos custos com amortização devido a conclusão de novas obras na Companhia

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R$ 120,7 milhões, um crescimento de 26,9% em relação aos R$ 95,1 milhões obtidos em 2010. A Margem EBITDA Ajustada foi de 65,0%, apresentando um crescimento de 8,2 pontos percentuais

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2011, o EBITDA totalizou R$ 118,1 milhões, um crescimento de 27,3% em relação aos R$92,8 milhões obtidos em 2010.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 47,2% em 2011, um crescimento de 9,8 pontos percentuais em relação a 2010.

EBITDA sem IFRS (em milhões de R$)	**2011**	**2010**
EBITDA IFRS	118,1	92,8
Receita de construção	(64,5)	(89,1)
Custos com construção	64,5	89,1
Provisão para manutenção	2,6	2,3
EBITDA Ajustada	**120,7**	**95,1**
Margem EBITDA Ajustada	**65,0%**	**59,8%**

EBITDA IFRS (em milhões de R$)	**2011**	**2010**
Lucro líquido	20,5	9,7
Depreciação e amortização	19,5	16,0
Resultado financeiro	67,5	62,0
Imposto de renda e contribuição social	10,6	5,1
EBITDA IFRS	**118,1**	**92,8**
Margem EBITDA	**47,2%**	**37,4%**

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2011 apresentou uma despesa de R$ 67,4 milhões. As principais variações são relativas à variação monetária de juros sobre debêntures e sobre contrato de mútuo.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2011, o lucro líquido atingiu R$ 20,5 milhões, alcançando uma margem líquida de lucro de 8,2%, correspondente a um aumento de 4,3 pontos percentuais em relação a 2010.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou dezembro de 2011 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R$ 147,2 milhões. A dívida bruta da Ecopistas atingiu R$ 509,1 milhões em 31 de dezembro de 2011.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2011 totalizaram R$ 67,4 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo EcoRodovias se compromete, ao adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa" do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e que possuem mandatos unificados de dois anos.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2011, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela terceira vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Revista Exame/Você S.A, entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional e no Ranking das 100 Melhores Empresas para se Trabalhar pela Revista Época /Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos pré-definidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do grupo, destaca-se o Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo da necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 224 mil crianças em mais de 24 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards (IFRS).

****

As informações no comentário de desempenho nos primeiros nove meses do ano sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA,MargemEBITDA ajustada, EBITDA IFRS, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.